

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



José Cruz/Agência Brasil

Somente 140 mil super ricos pagariam alíquota cheia

Num país de 200 milhões, só 140 mil são super ricos

Quando se esmiúçam os números em torno da proposta do governo de taxar os super ricos como compensação ao aumento para R\$ 5 mil da faixa de isenção do Imposto de Renda, fica mais evidente o espanto com a reação da ideia. No Congresso, não há quem fique contra o aumento da isenção, mas muitos torcem o nariz com a cobrança sobre os mais ricos. Impressio-

nante constatação da força da nossa desigualdade social. Um cálculo do Ministério da Fazenda aponta que o número de pessoas das faixas mais altas da sociedade afetado pela medida seria de apenas 140 mil. Pela proposta, a alíquota só alcançará 10% de imposto para os que tiverem renda anual acima de R\$ 1,2 milhão. Somente esses recebem R\$ 100 mil mensais.

Greve

Como o Correio da Manhã mostrou durante a semana passada, a Receita Federal está em greve por reivindicações salariais. Espera uma solução em uma reunião nesta terça com o Ministério da Gestão e a Secretaria da Receita. Mesmo assim, segue com seus estudos.

Desigualdade

Inicialmente, o sindicato calculava um número de 238 mil super ricos. Mas o número da Fazenda é menor. Além da desigualdade social, o sindicato aponta também uma desigualdade regional: os superfavorecidos do Brasil, 80% deles, vivem nas regiões Sudeste e Sul.



MASP

40% dos super ricos estão no estado de São Paulo

Cobrança pode melhorar distribuição dos recursos

Quase a metade – 40% – vive em um único estado da Federação: São Paulo. Dos super ricos, 59,88% estão no Sudeste; 19,58% na região Sul; 9,18% no Nordeste; 8,9% no Centro-Oeste, e somente 2,47% nos estados do Norte do país, todos eles com menos de 1% cada. Mesmo assim, destaca o Sindifisco, a cobrança poderia me-

lhorar a distribuição dos recursos de arrecadação dos impostos entre as regiões do país. Isso porque 21,5% do total arrecadado com o Imposto de Renda é destinado ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 24,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Assim, haverá uma transferência para as regiões mais pobres.

Resistência

“Em outras palavras, o que é arrecadado nos centros econômicos mais desenvolvidos é parcialmente redistribuído para fortalecer financeiramente os entes federativos com menor capacidade tributária própria”, diz o Sindifisco. Curioso é de onde vem a resistência.

“Bom salário”

“Quem ganha R\$ 50 mil é super rico?”, questiona Passarinho. “Não”, responde. “É um bom salário”, conclui. No caso, a pressão que há na discussão é por fazer com que o governo corte despesas, de modo a conseguir sobreviver com uma arrecadação menor.

FPE

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Joaquim Passarinho, é do PL do Pará. Após encontro com o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, ele disse que a maioria da frente é contra a taxação, que começa a partir de R\$ 50 mil por mês.

Arrecadação

Outro ponto que ainda preocupa é a perda de arrecadação de estados e municípios com a isenção. Há um temor de que essa perda ultrapasse R\$ 5 bilhões, a partir da isenção de servidores estaduais e municipais que, com a mudança, deixariam de pagar imposto.

Oposição protocola pedido de CPI Mista do INSS

Com Motta e Alcolumbre fora do país, expectativa é adiamento

Ricardo Stuckert/PR

Por Gabriela Gallo

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e a deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) protocolaram nesta segunda-feira (12) o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga o esquema de fraude nos repasses de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Agora, para a comissão ser instaurada, é necessário que o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), leia o requerimento de abertura em plenário conjunto do Congresso Nacional – o que ainda não há certeza se acontecerá.

Estão previstas duas sessões conjuntas no Congresso Nacional (ou seja, sessões com deputados e senadores) para esta semana, uma para esta quarta-feira (14) e outra para sexta-feira (16). Contudo, apesar de as sessões serem mistas e estarem agendadas para esta semana, ainda não se sabe as chances do requerimento ser lido no plenário, visto que a sessão de quarta tem o foco de “celebrar o aniversário de 35 anos da criação da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab” e a de sexta visa comemorar o “Dia da Polícia Militar do Distrito Federal”.

A expectativa, portanto, é que o caso não seja avaliado nesta semana. Mas o principal motivo é a ausência do presidente do Senado até esta quarta-feira (14), quando Alcolumbre retorna da China, juntamente com o presidente Luiz Inácio



Lula levou Alcolumbre a tiracolo para tentar seduzi-lo sobre CPMI

Lula da Silva (PT).

Caso não consiga evitar e seja instalada a CPMI nas próximas semanas, o governo federal terá de adotar outras estratégias para tentar reduzir o inevitável desgaste político que uma comissão parlamentar mista sobre as fraudes no INSS provocará. Se a comissão se tornar inevitável, a estratégia será tentar usar a investigação para jogar a responsabilidade do esquema para a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), já que, de acordo com a Polícia Federal (PF), o esquema começou em 2019.

Apoio

O requerimento contou com o apoio de 36 senadores e 223 deputados – mais do que

o necessário para protocolar o pedido, com o apoio de 27 senadores e 171 deputados. Dentre as assinaturas, há o apoio de membros da base do governo Lula em pelo menos metade das assinaturas.

No caso, são especialmente os partidos do Centrão que têm ao menos um ministério. O União Brasil (que tem representantes nos Ministérios de Comunicações e Turismo) contabiliza 39 assinaturas; 28 parlamentares do PP (Ministério do Esporte e presidência da Caixa Econômica Federal) assinaram; 24 do Republicanos (Ministério de Portos e Aeroportos); 20 do PSD (ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Pesca), e 15 do MDB (ministérios de Planejamento e Orçamento,

Cidades e Transporte).

Além disso, cinco parlamentares do PSB (partido do vice-presidente Geraldo Alckmin) também apoiam a comissão.

Anistia

A pauta do Congresso Nacional está esvaziada nesta semana como um todo. Enquanto Alcolumbre está na China, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), está nos Estados Unidos. Nesta terça-feira (13), Motta participará do encontro de empresários promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide).

A ausência do presidente da Câmara adiou a discussão sobre a urgência do projeto que concede anistia aos condenados pelo 8 de janeiro de 2023.

China e Brasil firmam novo acordo que soma R\$ 27 bilhões

Ricardo Stuckert / PR

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está na China para firmar acordos comerciais e internacionais com o país asiático, pela quarta vez desde que foi eleito presidente pela primeira vez. O brasileiro e sua comitiva presidencial permanecerão no país até esta terça-feira (13) e retornam ao Brasil na quarta (14). Segundo Lula, a China anunciou que investirá R\$ 27 bilhões no Brasil, que serão distribuídos principalmente entre os setores de tecnologia, infraestrutura e educação – este último para formar profissionais capacitados para atender as demandas.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil. De acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), o fluxo comercial entre os países é de cerca de US\$ 160 bilhões.

Em discurso durante um evento em Pequim, Lula destacou que a parceria entre a China e o Brasil é “incontornável” e “indestrutível”. Ele ainda elogiou a postura dos chineses no comércio internacional em meio ao “ressurgimento de tendências protecionistas” – referindo-se à recente política comercial adotada pelos Estados Unidos da América (EUA) sob o comando do presidente Donald Trump.

China X EUA

Apesar de a China e os Estados Unidos terem anunciado que a guerra comercial entre



Lula: parceria com a China é “incontornável”

os países teria uma reduzida nas taxas tarifárias durante 90 dias, que contam a partir desta segunda-feira, as interações entre Brasil e China levam ao questionamento se a relação entre os países pode prejudicar a relação entre o Brasil com os Estados Unidos ou abrir novas alternativas diante da política tarifária do presidente estadunidense, Donald Trump.

Ao Correio da Manhã, o pesquisador da Universidade de Helsínque (Finlândia) Kleber Carrilho destacou que circulam no Palácio do Itamaraty dois possíveis caminhos distintos do Brasil com os atritos entre China e Estados Unidos. Segundo o cientista político, enquanto um grupo acredita que “a aproximação dos Esta-

dos Unidos precisa prevalecer”, o outro “acha que é a hora de o Brasil decidir ficar ao lado da China ou dos BRICS”.

“Está ficando cada vez mais claro que uma não decisão, ou seja, estar distante de uma das potências, pode ser arriscado para o Brasil”, destacou a reportagem. “Não haverá uma desconexão imediata com os Estados Unidos até porque a relação ultrapassa as questões comerciais e vão também para o ambiente cultural, e isso não vai se perder no curto prazo. Agora, o Brasil precisa pensar na sua industrialização, em formas de agregar valor a seus produtos, inclusive agrícolas. São vários desafios que o Brasil tem, e neste momento talvez a parceria com a China seja mais interessante,

com mais valor no longo prazo”, avaliou Carrilho.

Equilíbrio

A reportagem ainda conversou com o internacionalista e especialista em comunicação política João Vitor Cândido. Na mesma linha de pensamento, ele reforçou que a questão é “delicada, mas não necessariamente conflituosa”.

“O Brasil tem buscado uma postura de equilíbrio pragmático nas suas relações internacionais. Tanto EUA quanto China são parceiros estratégicos – o primeiro com forte presença em inovação, educação e defesa; o segundo como principal destino das exportações brasileiras”, ponderou.

O internacionalista ainda completou que, neste contexto, “a comunicação política é fundamental”. “O Brasil precisa deixar claro que sua aproximação com a China não é um movimento de afastamento dos EUA, mas sim uma estratégia de diversificação de parceiros, reforçando sua soberania e autonomia nas decisões diplomáticas. O risco existe, principalmente diante do clima de rivalidade sino-americana, mas pode ser mitigado por uma diplomacia transparente e bem articulada”, reiterou Cândido.

Em entrevista ao portal UOL, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que o presidente Lula não irá escolher entre a China e os Estados Unidos porque ambos os países são muito relevantes para a economia brasileira.